

FICHA TÉCNICA

[www.manuscrito.pt](http://www.manuscrito.pt)  
[facebook.com/manuscritoeditora](https://facebook.com/manuscritoeditora)

© 2016

Direitos reservados para Letras & Diálogos,  
uma empresa Editorial Presença,  
Estrada das Palmeiras, 59  
Queluz de Baixo  
2730-132 Barcarena

Título original: *Episódios da História de Portugal  
Que não Aconteceram bem assim...*

Autor: *Ricardo Raimundo*

Copyright © Ricardo Raimundo, 2016

Copyright © Letras & Diálogos, 2016

Revisão: *Ana Salvador e Carlos Jesus/Editorial Presença*

Imagens da capa: *Shutterstock*

Capa: *Sofia Ramos/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

ISBN: 978-989-8818-59-1

Depósito legal n.º 413 880/16

1.ª edição, Lisboa, setembro, 2016

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	13
I MILAGRES QUE NUNCA VIRAM A LUZ DO DIA .....	17
1. Uma batalha ocorrida no século XII, transformada em milagre no XV: o «milagre» da batalha de Ourique .....	19
2. Um milagre singular ou herança de família: o milagre das rosas atribuído à Rainha Santa Isabel .....	25
3. Um rei que deve a vida à proteção divina: o milagre que levou ao falhanço do atentado a D. João IV em 1647 .....	29
II FACTOS QUE NUNCA ACONTECERAM .....	33
4. O filho que bate na mãe e esta lança-lhe uma terrível maldição: ou o confronto entre duas opções políticas e a construção de uma imagem divina .....	35
5. Um aio que afinal não fez o que se escreveu e nem foi quem se pensa: Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques, ou talvez não .....	39
6. Um guerreiro que afinal não morreu entalado: Martim Moniz e a conquista da cidade de Lisboa aos mouros em 1147 .....	43
7. Uma rainha que o foi depois de morta e a quem se beijou a mão: ou os gostos demasiado mórbidos de um cronista .....	49

8. Uma pá, uma padeira e sete castelhanos foragidos: Brites de Almeida, a padeira de Aljubarrota que à pazada matou sete castelhanos .....	53
9. Uma escola que nunca existiu: o infante D. Henrique e a Escola de Sagres .....	57
10. O Infante Santo que afinal nunca o foi nem o quis ser: a triste história do infante D. Fernando .....	61
11. O frade que ajudou a fundar as Misericórdias afinal nunca existiu: a história da criação de Frei Miguel Contreiras ....	67
12. Umhas Cortes reunidas a bem da independência da pátria: a «criação» das Cortes de Lamego de 1143 no século XVI .....	73
III FRASES QUE NÃO FORAM DITAS POR QUEM SE PENSA; QUE SIMPLEMENTE NÃO EXISTIRAM E OUTRAS MAL CITADAS .....	
13. Uma frase impossível de ser dita: «Morro com a pátria!», de Luís Vaz de Camões .....	79
14. «Mais vale rainha por um dia que duquesa toda a vida»: D. Luísa de Gusmão e a Restauração da Independência ...	85
15. «Enterrar os mortos, cuidar dos vivos»: a frase lapidar de um marquês que afinal foi proferida por outro marquês .....	89
16. «Independência ou morte»: o grito de D. Pedro IV que afinal não existiu .....	93
17. «Morro bem, salvem a pátria!»: ou o resultado de um repórter com tendências para inventar e para não estar onde afirmava estar .....	99
18. «Deus, Pátria, Família»: uma trilogia que afinal era uma tetralogia .....	105
IV FACTOS MAL CONTADOS .....	
19. Viriato: um primeiro líder que afinal não foi quem se pensa .....	111
20. Os Lusitanos e os Portugueses: uma questão de descendência ou a necessidade de nos diferenciarmos dos Espanhóis .....	117

21. Um templo consagrado a outra divindade: o templo romano de Évora .....	121
22. «Aqui nasceu Portugal»: uma frase mal interpretada e um rei que se desconhece onde nasceu .....	125
23. Uma reconstrução purificadora: o regresso aos castelos mouros e aos monumentos originais .....	129
24. Um padroeiro que não é quem se pensa, parte I: afinal quem é o verdadeiro patrono da cidade de Lisboa .....	135
25. Um padroeiro que não é quem se pensa, parte II: afinal quem é o verdadeiro patrono da cidade do Porto .....	139
26. Um pinhal que não foi plantado por quem se pensa: D. Dinis e o pinhal de Leiria .....	143
27. D. Pedro I, o monarca que perdeu a cabeça por Inês mas também por Afonso: afinal D. Pedro não gostava só de mulheres.....	147
28. Um condestável que afinal não era tão defensor do reino: Nuno Álvares Pereira e a sua ameaça de se passar a Espanha .....	153
29. Uma descoberta por acaso que afinal de acidental teve muito pouco: o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral .....	159
30. Uma instituição que matava, queimava e torturava: algumas imprecisões sobre a Inquisição .....	163
31. Um humanista famoso de rosto desconhecido: Damião de Góis e o retrato de Albrecht Dürer .....	169
32. A Restauração da Independência: um desejo de todos os portugueses, ou talvez não! .....	173
33. A fuga de um rei cobarde ou uma retirada estratégica: a partida da corte de D. João VI para o Brasil .....	179
34. De primeiro a pioneiro: cronologicamente, Portugal não foi o primeiro país a abolir a pena de morte .....	183
35. Três túmulos, duas incertezas e um mistério: as sepulturas de D. Sancho II, D. Sebastião e Luís de Camões .....	187
36. África: uma presença tão antiga quanto as caravelas, mas não a ocupação efetiva do solo .....	191

37. A aliança mais antiga do mundo mas não vantajosa para as duas partes: a Aliança Luso-Britânica .....	195
38. Um ditador que afinal não era tão casto nem tão austero quanto se fazia crer: alguns dados sobre a vida privada de Salazar .....	201
39. Um símbolo nacional antiquíssimo ou mais uma criação de António Ferro ao serviço do Estado Novo: a história do galo de Barcelos .....	205
40. Um país de brandos costumes: ou uma construção do Estado Novo .....	209
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	215
Fontes impressas .....	215
Bibliografia .....	217
AGRADECIMENTOS .....	223

*«Nenhuma mentira chega a envelhecer no tempo.»*

SÓFOCLES

*«Assim como o mentiroso está condenado a não ser acreditado quando diz a verdade, é privilégio de quem goza de boa reputação ser acreditado mesmo quando mente»*

MIGUEL DE CERVANTES

*«A História é um conjunto de mentiras sobre as quais se chegou a um acordo»*

NAPOLEÃO BONAPARTE

*«Uma mentira dá a volta inteira ao mundo antes mesmo de a verdade ter oportunidade de se vestir»*

WINSTON CHURCHILL

## INTRODUÇÃO

Desde a Antiguidade que o Homem se dedica a construir o conhecimento histórico: interpreta e analisa os factos do passado, inseridos em processos sociais mais amplos. Diante das fontes e documentos fiáveis, o historiador pode sentir-se seguro sobre a verdade dos factos. É a esse exercício que vulgarmente se atribui a designação de «verdade histórica».

Os factos do passado não podem ser reconstituídos exatamente do modo como aconteceram. Assim, o historiador tem de reconstituí-los através da interpretação de um conjunto de fontes históricas: imagens, crónicas, memórias, documentos jurídicos, objetos, entre outras. Isto transforma as visões sobre a História passíveis de mudanças ao longo dos tempos, tanto pela modificação da forma como se olha para essas mesmas fontes, como pelo aparecimento de novas fontes que contradizem ou pelo menos põem em causa as anteriores.

Um pouco mal comparado, diríamos que se trata de reconstituir um grande *puzzle*, do qual se tem apenas uma visão destorcida da imagem final e cujas peças, por vezes, podem variar de formato e deixar de encaixar umas nas outras. Não é por acaso que Heródoto, o grego considerado o «Pai da História» e dos historiadores, é também designado, por alguns seus contemporâneos, menos crentes no seu trabalho, como o «Pai das Mentiras». Em boa verdade, este é um risco que o historiador corre. Ao fundar o seu trabalho em certos documentos ou artefactos, o historiador tem de fazer uma

rigorosa análise crítica dos mesmos, tentando em primeiro lugar descortinar se está, ou não, perante objetos de trabalho fidedignos, nos quais pode confiar para extrair as suas conclusões. Ao mesmo tempo, torna-se imperioso desvendar as «estórias» que foram passando de boca em boca e que se transmitiram até aos nossos dias como verdades, dificultando a análise dos factos.

Mas estes são cuidados recentes. A aplicação do método científico às ciências humanas é uma prática muito nova. Por isso mesmo, fomos assistindo ao longo dos tempos à construção de uma versão dos acontecimentos que dava como certos e verdadeiros lendas, mitos e milagres; outras vezes era deturpada porque se utilizava propositadamente uma fonte e não outra, porque o objetivo era mostrar um certo ponto de vista; ou ainda o regime político, ou as figuras que o defendiam ou atacavam, se servia de um conjunto de factos históricos para enaltecer ou denegrir esse mesmo regime. Além disso, temos de ter sempre em linha de consideração que a História é muitas vezes contada pelo lado dos vencedores, seja de conflitos, de interesses ou de pontos de vista. Por isso, é necessário ter sempre muito cuidado quando se parte para a análise histórica, tentando, sempre que possível, cruzar fontes de vários quadrantes, de modo a poder comprovar, com mais alguma fiabilidade, as conclusões a que se chegou.

Como vemos, são muitas as variáveis que influem no modo como um acontecimento ou figura histórica chegou até aos nossos dias. Cabe, pois, ao historiador, ainda que munido das lentes do seu tempo e do seu meio sociocultural, descortinar qual a versão mais próxima da verdade.

Portugal, país com quase novecentos anos, é um dos que apresenta uma história mais rica, recheada de belos episódios, de figuras cheias de mistérios, envoltas em lendas e mitos. É pois perfeitamente natural que entre eles existam alguns que sejam falsos ou que tenham acontecido de forma diferente, ou até mesmo inversa à até aqui tida como verdadeira. Acontece igualmente que certos factos ou figuras foram «criados» *a posteriori* por algumas pessoas, com o objetivo de formar uma ideia ou retirar algum proveito material da situação. E esse trabalho criativo foi de tal modo bem feito que o que não existia passou a ser tomado como



verdade, sendo necessário esperar por uma análise crítica mais profunda, para desmontar a invenção. Também as questões ideológicas que cada tempo vive influenciaram a interpretação dos factos passados. Assim se explica que durante o Estado Novo, desejoso de inculcar um espírito nacionalista em que se celebrava os grandes heróis nacionais, se tenha criado um conjunto de visões e de interpretações que fugiam ao real. Diga-se que algumas destas ideias feitas pela máquina de propaganda do Estado Novo continuam bem presentes nos nossos dias.

O que referimos para o regime liderado por António de Oliveira Salazar aplica-se, por exemplo, para o período da perda de independência em 1580 e da restauração da mesma em 1640; ou para o período do liberalismo; ou ainda da I República. Cada fase política fraturante tem a tendência para manipular os acontecimentos históricos que acha mais relevantes, de acordo com as teses que pretende demonstrar e com as que pretende ver esquecidas.

É objetivo deste nosso trabalho apresentar um conjunto de acontecimentos históricos, alguns deles considerados basilares da nossa identidade enquanto povo independente, que nunca existiram ou aconteceram de maneira diferente daquela que foi transmitida durante muito tempo. Igualmente merecem a nossa atenção os milagres criados depois dos acontecimentos a que dizem respeito e modificados de acordo com interesses; tal como as frases que correm de boca em boca atribuídas a altas personalidades da nossa História e que, no fim de contas, ou não foram ditas ou pertencem a outra entidade de referência.

São um conjunto de quarenta histórias, distribuídas ao longo de quatro capítulos. A estrutura de cada episódio é idêntica e começa por apresentar o mito ou a versão corrente do acontecimento, para em seguida demonstrar a realidade dos factos, de acordo com o estado atual da questão, tentando sempre explicar como surgiu esse equívoco, mito ou erro. O objetivo, se é que nos podemos dar a essa presunção, é simples: convidar o leitor a embarcar na fantástica aventura que é a História de Portugal, distinguindo a verdade dos factos.

I

MILAGRES QUE NUNCA  
VIRAM A LUZ DO DIA

## 1.

### **Uma batalha ocorrida no século XII, transformada em milagre no XV: o «milagre» da batalha de Ourique**

Noite de 25 de julho de 1139. Véspera da batalha que opunha um exército cristão chefiado por um jovem guerreiro português, Afonso Henriques, a um aguerrido e numeroso exército muçulmano, liderado por Esmal. No acampamento cristão, enquanto as tropas dormiam, um velho ermitão entra na tenda de Henriques, apresentando-se como mediador do poder divino, dizendo-lhe: «E Ele me manda por mim dizer que quando ouvires tanger esta campainha que em esta ermida está que tu saias fora e Ele te aparecerá no Céu!» O rei português assim fez e, em verdade, a aparição registou-se: «Tangeu-se a campãa, e ele saiu-se fora da sua tenda, e, assi como ele disse e deu testemunho em sua história, viu Nosso Senhor Jesus Cristo em a Cruz pela guisa que o ermitão lhe dissera e adorou-o com grande prazer e lágrima.» Afonso Henriques, ajoelhado, ouviu dentro de si Jesus dizer-lhe: «Eu sou o fundador e desolador, quando me apraz, dos Impérios e dos Reinos; quero em vós e em vossos descendentes fundar e estabelecer, para mim, um Império, para que, por meio dele, seja meu nome publicado e dado a conhecer às nações estranhas; e para que vossos descendentes me reconheçam por Autor do Reino, comporeis o escudo de vossas armas do preço com que eu remi o género humano, e daquele porque fui comprado dos Judeus; e ser-me-á Reino santificado, puro na fé, e de mim amado por sua piedade.»<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. Gregório de Almeida, *Restauração e Portugal Prodigioso*, Lisboa, na Officina de Manoel Soares Vivas, 1753, p. 58.

E o milagre aconteceu! Os cristãos com a ajuda divina derrotaram um poderosíssimo exército muçulmano e Afonso Henriques foi aclamado rei de Portugal, país nascido do desejo celestial, com o desígnio de levar a fé cristã aos quatro cantos do mundo, destinado a fundar um grande império.

Esta foi a versão que uma tradição de séculos quis impor. A partir do século XIX, todavia, a autenticidade do milagre foi posta em dúvida. Alexandre Herculano refutou-o e a moderna historiografia, depois de rever as fontes que se lhe referem, não o aceita.

Na realidade, nenhum dos documentos coevos da batalha de Ourique que dela fazem pormenorizada menção, exagerando mesmo a sua importância, avança uma única palavra quanto à suposta aparição de Cristo. Os primeiros relatos de que há memória são os *Annales Portucalenses veteres*, redigidos em três fases: 1079, 1111 e 1168<sup>2</sup>. Nesta última, apenas se diz que houve uma grande batalha entre cristãos e muçulmanos num lugar chamado Ourique.

Anos mais tarde, por volta de 1185, um cónego regrante de Santa Cruz dava, acerca do mesmo acontecimento, uma notícia muito mais desenvolvida. Concordava com a precedente nos pontos essenciais, mas acrescentava-lhe alguns pormenores e, sobretudo, transformava a batalha numa ação heroica, retumbante e esmagadora, em que um pequeno exército de portugueses tinha conseguido vencer uma imensa multidão de inimigos. Este texto faz parte de um conjunto de notícias conhecidas pelos historiadores sob o nome de *Annales D. Alfonsi Portugallensium regis* (*Anais de D. Afonso, Rei dos Portugueses*)<sup>3</sup>. Transparece neste texto a intenção de fazer uma veemente apologia do primeiro rei de Portugal e, sobretudo, do seu papel de grande herói e de grande dirigente da guerra contra os infiéis.

Só no século XIV surgem factos novos ligados à batalha: a aclamação de D. Afonso Henriques como rei de Portugal, pelas suas tropas. Mas, ressalve-se, sem sequer se mencionar ou insinuar que tal aclamação haja tido origem divina.

---

<sup>2</sup> Cf. José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 114.

<sup>3</sup> *Idem, ibidem*, p. 115.

Finalmente, em 1419, após, portanto, quase três séculos de silêncio, surge um documento que nos relata a existência de um «milagre» associado à batalha de Ourique. Trata-se da *Crónica de Portugal de 1419*, escrita apenas quatro anos depois da conquista de Ceuta, durante o reinado de D. Duarte. Atribuída a sua escrita a Fernão Lopes por António José Saraiva<sup>4</sup>, esta obra apresenta-se como a grande compilação de todos os textos que circulavam na boca dos jograis e da tradição oral e que nunca tinham passado a escrito. O documento dá particular atenção às vésperas da peleja anunciada. Fala do ancião que se desloca à tenda de Afonso Henriques e o informa que irá ser visitado por Deus. Descreve em seguida a aparição, passando depois ao milagre propriamente dito no dia do conflito. Aliás, contrariamente aos primeiros registos, que aludem de uma forma bastante rápida ao conflito, este novo documento debruça-se longamente sobre a batalha propriamente dita. Além disso, regista-se uma mudança na forma como a imagem do rei Afonso nos é apresentada. Enquanto nos primeiros textos sobressai um herói épico e destemido, a partir de 1419 vemos surgir a ideia, quase monástica, de um rei ungido de deveres divinos. Não é por acaso que «os monges de Santa Cruz falavam de curas miraculosas que se tinham dado perto do seu túmulo [de D. Afonso Henriques] e por sua intercessão».

A partir deste momento, o milagre passou a fazer parte integrante da História de Portugal e a figura de D. Afonso Henriques deixa de ser a do herói guerreiro, cantado por jograis, e passa a ser o símbolo divino e espiritual das origens da nacionalidade.

Em 1485, Vasco Fernandes de Lucena, embaixador de D. João II junto do papa Inocêncio VIII, ao narrar os feitos do primeiro rei português, lá fala da campanha de Ourique e do aparecimento de Cristo<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Cf. António José Saraiva, *O Crepúsculo da Idade Média*, Lisboa, Gradiva, 1996, pp. 162-163. Segundo este autor, todos os predicados são «próprios de Fernão Lopes [...] e estranhos aos historiógrafos medievais».

<sup>5</sup> Cf. Maria Teresa Campos Rodrigues, «Ourique, milagre de», *Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, p. 490.

No século xvii, com Frei Bernardo de Brito, na *Chronica de Cister*, a lenda ganha em prestígio e precisão. O frade cisterciense, aperfeiçoando-a, retocando-a, dá-lhe uma importância nova, conferindo a Portugal e aos seus reis uma autêntica missão carismática. Esta nova fase ocorre no período filipino, época em que é necessário reforçar a autonomia de Portugal e mostrar que a independência nacional, a existência de um pequeno país na Península Ibérica, é um desígnio divino a que os homens não se podem opor. Assiste-se ao apagamento do cariz épico do primeiro rei de Portugal, e a ascensão de um registo profético que haveria de se manter até ao século xix, altura em que a ideia do milagre começa a ser questionada e refutada.

Já bem dentro do século xx, José Mattoso reconheceu a existência de fundamentos históricos que situam uma batalha, a sul, durante o verão de 1139. Sendo certo que por essa altura D. Afonso terá, pelo menos, dirigido um fossado constituído por um exército maior do que o habitual, a verdade é que os cenários apontados pelo historiador são, contudo, muito alternativos aos da Ourique alentejana, isto é, ou o dito recontro, entre tropas cristãs e islâmicas, resultou de uma contrainvestida de D. Afonso Henriques contra os mouros almorávidas que ameaçariam uma cidade a norte do Tejo; ou, por outro lado, derivou de uma investida direta de D. Afonso, a leste de Badajoz, contra vários «chefes mouros» que iriam em socorro dos almorávidas cercados em Colmejar, a sul de Toledo<sup>6</sup>. O milagre, esse, é definitivamente negado.

De relato que enfatizava os feitos heroicos de um jovem monarca a prova da escolha divina para a realização de feitos gloriosos, assim foi passando o mito do milagre de Ourique. Mas mais do que isso, esta transformação ocorreu em dois momentos-chave da História de Portugal em que era necessário fundamentar muito bem as ações tomadas, levando os cronistas a forjar documentos que comprovavam o que pretendiam defender.

---

<sup>6</sup> Sobre a questão de onde ficava situado Ourique e com quem lutou D. Afonso Henriques, remetemos para a obra de José Mattoso, *op. cit.*, pp. 117-118.

Deste modo, foi utilizado para remeter para a fundação de um país que teria um desígnio a cumprir, levando a fé cristã a povos que a desconheciam (legitimando a expansão portuguesa) e, por outro lado, justificar a necessidade da autonomia de Portugal, afastada do jugo castelhano, porque a independência e a formação do reino português tinham sido determinadas pelo próprio Cristo (reforçando a necessidade de lutar contra a ocupação castelhana, durante o período filipino).

## 2.

### **Um milagre singular ou herança de família: o milagre das rosas atribuído à Rainha Santa Isabel**

A mulher do nosso rei D. Dinis, D. Isabel de Aragão (1270-1336), mais conhecida como Rainha Santa Isabel, tornou-se célebre pela sua imensa bondade. Ocupava o tempo a fazer bem a quantos a rodeavam, visitando e tratando doentes, distribuindo esmolas pelos pobres. Ora, conta a lenda que o rei, já irritado por ela andar sempre misturada com mendigos e gastar grandes partes do erário régio, segundo umas versões, ou porque era muito mau, segundo outras, a proibiu de dar mais esmolas. Mas, certo dia, vendo-a sair furtivamente do palácio, foi atrás dela e perguntou o que levava escondido por baixo do manto. Era pão. Mas ela, aflita por ter desobedecido ao rei, exclamou: «São rosas, senhor!» «Rosas, em janeiro?», duvidou ele. De olhos baixos, a Rainha Santa Isabel abriu o regaço — e o pão tinha-se transformado em rosas, tão lindas como jamais se viu.

Esta é sem dúvida a história/milagre central na sua biografia e hagiografia, repetida vezes sem conta ao longo dos séculos, até chegar aos nossos dias. A verdade é que este milagre e a frase célebre de D. Isabel nunca existiram, foram uma criação posterior. Senão vejamos.

Como se pode justificar que não haja qualquer menção a este milagre e subsequente frase nas primeiras biografias da rainha feitas a seguir à morte de D. Isabel, sendo ele, ainda por cima, tão central? A primeira biografia, de natureza hagiográfica, datada ainda do século XIV, de autor anónimo, procura demonstrar a santidade de D. Isabel de acordo com o paradigma das santas



rainhas que se santificaram pelas virtudes da piedade, da caridade e da humildade. O autor anónimo recorda assim inúmeros atos de devoção e piedade cristãs (jejuns, abstinências, vigílias e dádivas frequentes a mosteiros e igrejas) e exalta particularmente as virtudes da caridade e da misericórdia. E escreve: «e por qualquer lugar onde fosse não aparecia pobre que dela não recebesse esmola [...]». E em cada quaresma fazia grandes esmolos a homens e a mulheres envergonhados; e no dia que se diz Ceia do Senhor lavava a certas mulheres pobres e leprosas os pés e lhos beijava, e vestia-as e dava-lhes de calçar e contas por amor de Deus».

É difícil determinar a época exata do aparecimento desta lenda na tradição portuguesa. Como já mencionámos, não consta da biografia anónima do século XIV. Certamente circularia já, oralmente, nas últimas décadas do século XV. O mais antigo registo conhecido é um retábulo quatrocentista conservado no Museu da Catalunha. Em meados do século XVI estava já amplamente difundida. Desta época data o quadro anónimo conhecido por *Rainha Santa Isabel*, do Museu Machado de Castro de Coimbra, e a iluminura da Genealogia dos Reis de Portugal de Simão Bening sobre desenho de António de Holanda.

O primeiro registo escrito da lenda das rosas encontra-se na *Crónica dos Frades Menores*, de Frei Marcos de Lisboa, de 1562. Aí se escreve: «Levara uma vez a Rainha santa moedas no regaço para dar aos pobres,/ Encontrando-a el-Rei lhe perguntou o que levava,/ ela disse, levo aqui rosas. E rosas viu el-Rei não sendo tempo delas.»<sup>7</sup>

Numerosas são as variantes que a tradição popular guardou: moedas de ouro que se transformam em rosas ou rosas que se transformam em ouro; ou ainda o pão que se muda em flores. No seu conjunto, as diversas variantes sublinham, através de narrativas configuradas pelo imaginário tradicional, as mesmas virtudes cristãs que o culto religioso celebra.

Apesar de lhe ser atribuído um cenário — Coimbra, Estremoz ou o castelo do Sabugal — e uma época do ano — o inverno, havendo versões que particularizam o mês de janeiro —, a única relação desta lenda com a realidade é a memória da bondade da Rainha Santa.

---

<sup>7</sup> Cf. Frei Marcos de Lisboa, *Chronica da Ordem dos Frades Menores*, Lisboa, em casa de Ioannes Blauio, 1562, p. 88.

O milagre das rosas da Rainha Santa Isabel não é original, um em tudo semelhante é atribuído à sua tia-avó Santa Isabel da Hungria (1207-1231). Ambas provinham de uma família abençoada com um número inusitado de santas: além da sobrinha-neta que reinou em Portugal, Isabel da Hungria era sobrinha de Santa Edviges, foi tia das santas Cunegundes e Margarida da Hungria e prima de Santa Inês de Praga. Pode-se dizer que a santidade corria nas suas veias.

Mas também fora do círculo familiar de D. Isabel vemos algumas rainhas santas ou santas apresentarem esta lenda como trunfo da sua santidade. A castelhana Santa Cacilda (Toledo, século XI) ou a italiana Santa Zita (Lucca, século III) contam com idênticos milagres, e em ambos os casos em períodos anteriores ao supostamente sucedido com a nossa rainha. Facto ainda mais curioso é que em todos os casos a resposta é igual: «São rosas, senhor!»

Se procurarmos enquadrar o comportamento que originou o milagre, não se percebe por que motivo o rei D. Dinis se oporia à recorrente tarefa assistencial da sua consorte. Nesse período e durante os séculos seguintes, a missão assistencial aos pobres, doentes, peregrinos e desvalidos era uma obrigação de todos os cristãos enquanto dever de fé e como um caminho para a salvação, particularmente para aqueles que, vivendo com excesso de bens, tinham condições para serem liberais para com os mais desprotegidos. Praticavam-na os reis e os eclesiásticos, as rainhas e os poderosos, os burgueses e os populares que tinham condições para isso. A suposta oposição de D. Dinis ao gesto da rainha não faz, por isso mesmo, sentido à luz da mentalidade da época; o mais provável seria até que o monarca incentivasse tal ato assistencial, como cristão que era. O próprio rei, ao longo da sua vida, fez inúmeras doações a pobres. Por isso, não se percebe o gesto!

O que a história regista é, pois, a bondade e a devoção religiosa de Isabel, descendente de algumas das mais poderosas famílias da Europa. O casamento com D. Dinis, rei de Portugal, foi contratado em 1281, quando contava pouco mais de 10 anos, recebendo as vilas de Óbidos, Abrantes e Porto de Mós. D. Isabel desempenhou desde cedo um papel ativo na política portuguesa. A sua influência

conciliadora foi decisiva nas negociações do Tratado de Alcanizes, assinado por D. Dinis e Fernando IV de Castela, em 1297, que garantiu a paz e fixou as fronteiras entre os dois países.

Foi também ela que serviu de intermediária entre o marido e o filho, futuro D. Afonso IV, na guerra civil que ensanguentou o país entre 1322 e 1324. O príncipe herdeiro revoltara-se contra o pai, a quem acusava de favorecer um filho bastardo, Afonso Sanches. Foi D. Isabel quem impediu uma batalha que ameaçava ser fatal.

Com a morte de D. Dinis, em 1325, D. Isabel vestiu o hábito de freira clarissa e recolheu-se no Convento de Santa Clara, na cidade de Coimbra. Além das obras de caridade que praticou ao longo de toda a vida — foi do seu celeiro que partiu a farinha destinada à alimentação dos pobres durante a grande fome que assolou Coimbra em 1293 (talvez radique aqui a origem do milagre das rosas?), distribuía esmolas, pagava os dotes de donzelas pobres, educava os filhos de fidalgos sem dinheiro — foi também fundadora de vários hospitais, como os de Coimbra, Santarém e Leiria, e obras religiosas, como o Convento da Trindade, em Lisboa, capelas em Leiria e Óbidos e um claustro em Alcobça.

Morreu em Coimbra, em 1336, com fama de santidade. Apesar de o túmulo de D. Dinis se encontrar na Igreja de Odivelas, D. Isabel deixou em testamento a vontade de ficar sepultada no Convento de Santa Clara, depois chamado de Santa Clara-a-Velha. Quando as clarissas trocaram o velho convento, constantemente inundado pelas águas do rio Mondego, pelo novo edifício (Santa Clara-a-Nova), os restos mortais da rainha foram trasladados para a capela-mor, onde se encontram, sepultados num cofre de prata e cristal. O culto que o povo lhe prestou logo depois da morte acabou por ser reconhecido pela Igreja. A rainha subiu aos altares em 1516, como beata, e foi canonizada em 1625. As imagens que lhe são dedicadas representam-na, invariavelmente, com rosas no regaço.

A verdade é que, salvaguardadas as questões de fé, o milagre das rosas e a frase célebre de D. Isabel nunca existiram, constitui sim o elo que une o culto religioso, oficial e canónico à tradição popular, sempre povoado de lendas e prodígios, onde ficou, definitivamente gravada, a imagem da Rainha Santa abrindo o regaço onde o ouro em rosas se fizera.